



Centre for
Public Impact

A BCG FOUNDATION

Case study



instituto
natura

A política de Educação em
Tempo Integral no Estado
brasileiro de Pernambuco



A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

Resumo: Nos anos 2000, o desempenho escolar no Estado de Pernambuco estava entre os mais baixos do Brasil. Uma parceria público-privado definiu um modelo inovador de ensino médio, que logo apresentou resultados positivos. Entretanto, inicialmente, esse modelo esteve disponível apenas para uma pequena seleção de escolas de ensino médio da rede pública do Estado.

Em 2008, o novo governador de Pernambuco, o falecido Eduardo Campos, adotou o modelo para que fosse implementado em todo o Estado. Rebatizado de Educação em Tempo Integral (ETI), o modelo sentou as bases para uma reforma do sistema de ensino público do Estado. Atualmente já foi adotado por 50% das escolas de Pernambuco e tem transformado a educação de ensino médio nesse Estado, tornando esse um dos estados com melhor desempenho no país.

O DESAFIO

No início dos anos 2000, tanto o ensino fundamental como o médio apresentavam desempenho fraco em Pernambuco, com muitos alunos sendo reprovados ou abandonando completamente a escola. Em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Brasil colocava Pernambuco em 20º lugar entre 27 Estados, com uma pontuação de 2,7 (sobre 10), abaixo da média nacional de 3,0. A distância continuou aumentando e, em 2007, Pernambuco foi pontuado com 2,7, enquanto a média nacional havia subido para 3,2. [1][2]

O baixo desempenho do sistema de ensino estava claramente deixando Pernambuco para trás.

Além disso, a equidade na educação por grupo racial e de renda era outro motivo de preocupação. De acordo com o Banco Mundial, apenas 32% dos estudantes mais pobres estavam matriculados no ensino médio em 2008, em comparação com 75% dos estudantes mais ricos. Apenas 38% das crianças negras entre 15 e 17 anos estavam matriculadas, em comparação com 46% das crianças brancas. [1]

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

A responsabilidade pela educação no Brasil é compartilhada pelos governos municipal, estadual e federal. Os municípios administram a educação pré-escolar e dividem com os Estados o ensino fundamental, enquanto que os estados cuidam do ensino médio.

O governo federal é responsável pelas políticas educacionais gerais e pela regulamentação da educação profissional e universitária. “Existem muitas diferenças entre os Estados, as regiões e os municípios em termos de desempenho e implementação devido à desigualdade na alocação de competências e recursos.” [1]

Em 2000, um grupo de empresários brasileiros respondeu à necessidade de melhorar o ensino médio de Pernambuco criando o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE elaborou um novo programa de educação e recebeu o apoio do governo do Estado através da criação do Procentro, um órgão estatal dedicado a trabalhar com o ICE na concepção de um novo programa educacional. No entanto, o modelo de parceria público-privada estabelecido pelo Procentro e o ICE recebeu algumas críticas devido à influência que atores privados poderiam exercer sobre a educação estadual. [3]

Entre 2002 e 2004, o ICE e o Procentro apoiaram um grupo de especialistas que concebeu um modelo de Escolas em Tempo Integral (ETI). [3] As ETI foram baseadas num sistema com modelo de gestão inspirado nos princípios usados nos negócios, como o ciclo PDCA (sigla em inglês para planejar, executar, checar, agir), no qual o conteúdo a ser ensinado era alinhado com os interesses do estudante, incluindo questões como empreendedorismo juvenil, valores educacionais e cultura do trabalho. [3][4]

O espírito da reforma foi o conceito da educação interdimensional focada em quatro dimensões humanas: “racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade”. [5] Esta abordagem interdimensional se combinava com o referencial teórico Tear - Tecnologia de Negócios Aplicada à Educação: Gestão e Resultados - que moldava o planejamento estratégico das escolas envolvidas no programa ETI. Como resultado disso, a equipe de gestão compartilhou as funções de tomada de decisão entre as escolas, dividindo as responsabilidades entre elas. [5]

Entre 2004 e 2006, o Procentro e o ICE selecionaram 13 escolas para que adotassem o novo modelo ETI, formando uma rede limitada de escolas públicas de ensino médio de alto desempenho, conhecidas como Centros de Educação Experimental (CEEs). Isso criou uma disparidade dentro do sistema de ensino do Estado, com alunos nos CEEs com um desempenho dramaticamente melhor que os do sistema educacional público regular, que atendia aproximadamente 400.000 alunos, em 704 escolas de ensino médio. [3][4]

Em 2006, as escolas CEE registraram 97 por cento de presença e 98 por cento de aprovação. [3] Enquanto o sistema de ensino mais amplo de Pernambuco estava falindo, a pequena rede dos CEE, desenvolvida sob a direção da Secretaria de Educação de Pernambuco, registrava incremento tanto no desempenho acadêmico, como nos salários dos professores. [3] A distância entre os dois modelos educacionais era evidente e desafiava o status quo dentro da Secretaria de Educação.

A INICIATIVA

Em 2007, uma mudança no governo de Pernambuco trouxe uma nova abordagem para combater o baixo desempenho da educação estadual e fechar a lacuna existente entre a rede CEE e o resto das escolas de ensino médio do Estado. O novo governador, o falecido Eduardo Campos, era um crítico ferrenho da limitação do modelo ETI a um reduzido número de escolas de nível médio. Campos reconhecia o sucesso da rede ETI e CEE, mas desejava aplicar o modelo de uma forma mais abrangente. [3]

Como resultado disso, em 2008 o governo do Estado adotou o modelo ETI como sua política para a reforma do sistema de ensino, expandindo gradualmente o programa da limitada rede dos CEE para mais escolas de ensino médio de Pernambuco. [3] A política do Estado foi descrita como Educação Integral [5] e tinha o objetivo de melhorar a qualidade, a eficiência e a equidade do ensino público, e reestruturar sua gestão. [1] A reforma do sistema de ensino fazia parte de uma estratégia maior do governo estadual de melhorar os serviços públicos nas áreas de saúde, segurança e educação. [3]

Em 2008, a gestão conjunta do Procentro e do ICE transferiu o gerenciamento de todas as escolas do CEE para a Secretaria de Educação. Nessa transição, o ICE abdicou de todo o poder de tomada de decisões sobre o direcionamento e a concepção futura da política. Na nova estrutura, todas as escolas CEE, assim como as escolas de ensino médio da rede pública que adotaram a política de Educação Integral, foram rebatizadas de Escolas de Referência em Ensino Médio (Erem). [3]

A Secretaria de Educação implementou uma série de medidas para dar apoio à expansão do programa:

- Reforma do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe) para fornecer um relatório anual externo sobre o desempenho do sistema de ensino;
- Melhoria da infraestrutura das instalações das escolas de ensino médio da rede pública com apoio financeiro do setor privado;
- Análise das escolas existentes e estabelecimento de critérios de elegibilidade para a transformação, por etapas, das escolas públicas de ensino médio de todo o Estado. Por exemplo, priorizando escolas com ensino médio e escolas localizadas perto de escolas de ensino fundamental para absorver os estudantes que completam esse nível de ensino;
- Desenvolvimento de um plano de expansão destinado a garantir que houvesse ao menos uma Erem em cada um dos 184 municípios de Pernambuco, além do distrito de Fernando de Noronha;
- Implementação gradual da nova metodologia educacional em cada Erem, começando pelos alunos da primeira série e concedendo três anos para que o programa opere em plena capacidade. [3]

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

Em 2009, a Secretaria de Educação passou por uma reforma estrutural que criou cinco secretarias executivas, incluindo a Secretaria Executiva de Educação Profissional (Seep), órgão com autonomia financeira e administrativa focado na supervisão das escolas de Educação Integral. A Seep assumiu a direção do programa de Educação em Tempo Integral dentro da Secretaria de Educação. Nessa altura, o programa abrangia escolas Erem de tempo integral e “semi-integral”, assim como as Escolas Técnicas Estaduais (ETE) focadas na formação profissional. [3]

De acordo com Maria Medeiros, secretária executiva da Seep, a implementação gradual do programa foi estratégica e permitiu uma transformação holística do sistema de ensino. [3] Os professores e as equipes de gestão treinados na nova metodologia e nos conceitos pedagógicos influenciaram os profissionais que trabalhavam com classes de outros anos e as lições aprendidas foram repassadas a essas classes que seguiam o sistema regular de ensino. A nova metodologia oferecia aos estudantes das Erem duas opções educacionais: tempo integral (45 horas de ensino por semana, cinco dias por semana) e “tempo semi-integral” (35 horas semanais, com os estudantes frequentando “cinco manhãs e duas tardes ou cinco tardes e duas manhãs”). [3]

Nos anos seguintes, Pernambuco continuou a melhorar e ajustar o seu programa de Educação em Tempo Integral. O Estado usou os recursos disponíveis para dar suporte à implementação da política, como aderir e complementar as iniciativas federais e garantir os recursos do Banco Mundial. [1][3]

Em 2015, a avaliação do programa relatou resultados positivos. Até 2018, o programa de Educação Integral continua sendo estratégico dentro da política estadual. [3]

IMPACTO PÚBLICO

Ao adotar as ETI, Pernambuco apresentou uma melhora substancial em seu sistema de ensino.

O seu Ideb passou de 2,6 em 2008, uma das classificações mais baixas do país, para 3,9 em 2015, ao lado dos Estados de melhor desempenho, como São Paulo; [2][3] e, em 2017, subiu para 4,0. [16]

A eficiência da educação melhorou também em termos do fluxo de estudantes, isto é, em termos da “distorção idade/série” (o percentual de estudantes que frequentam uma série mais de um ano atrás daquela que lhe corresponderia por idade) e caíram os índices de abandono escolar. A distorção idade/série reduziu-se de 29% para 18%, e o índice de alunos de 19 anos concluindo o ensino médio aumentou de 34%, em 2008, para 56%, em 2014. Entre 2007 e 2016, o índice de abandono escolar caiu significativamente, de 24,0% a 1,7%, e Pernambuco transformou seu sistema de ensino: passou de ter um dos índices de abandono escolar mais altos do país, em 2007, a ser o Estado com melhor desempenho do país a partir de 2013. [6]

Existem poucos dados disponíveis para avaliar o impacto disso sobre a equidade educacional, uma vez que os dados não discriminam as características dos estudantes como raça, gênero ou nível socioeconômico.

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

Estão disponíveis, entretanto, dados sobre a localização dos estudantes e, “à despeito da tendência de melhoria das escolas rurais de Pernambuco em todos os cursos avaliados, manteve-se a lacuna entre o desempenho das escolas rurais e as urbanas”. [1]

A Secretaria de Educação ampliou a rede de Educação em Tempo Integral, que passou de um pequeno grupo de 20 centros, em 2007, a 388 escolas em 2018 – aproximadamente 50% da rede estadual de ensino médio. Em 2018, 173 escolas eram em tempo integral, 172 semi-integral, e 43 eram ETEs. [3]

Um desafio importante para a educação de nível médio é a necessidade frequente de os estudantes de famílias de baixa renda trabalharem e contribuírem com o orçamento familiar, ao mesmo tempo em que frequentam a escola. Para enfrentar esse desafio, em 2016, a Secretaria de Educação planejou um novo modelo de atendimento nas Erem de tempo semi-integral. O novo modelo oferece dois turnos, um de manhã e outro de tarde (ver detalhes acima). Em 2018, seis escolas ofereciam essa opção. [3] A Seep considerou que esse modelo era mais apropriado para áreas metropolitanas com uma boa infraestrutura de transporte público do que para as que dependem mais do transporte escolar. [3]

A nível nacional, outros Estados brasileiros estão replicando a política de Educação Integral para empreender o tipo de reforma educacional já implementada em Pernambuco. O objetivo é enfrentar o baixo nível da educação que prevalece em todo o Brasil, país classificado entre os de pior desempenho na OCDE. Em 2015, o Programa de Avaliação Internacional de Estudante (Pisa) classificou o Brasil em 640 lugar entre os 69 países da OCDE em matemática, em 630, em ciência, e 590 em habilidades de leitura. “A taxa de matrícula no ensino médio, em 2016, foi de 62,7 por cento e a de conclusão de curso foi de 58,5 por cento, ou seja, aproximadamente a metade dos brasileiros de 19 anos não concluíram o ensino básico.” Além disso, apenas 54,9 por cento dos professores possuíam qualificação adequada aos conteúdos que ensinavam. [8]

O que funcionou e o que não funcionou

Legitimidade

Envolvimento dos Interessados **ÓTIMO**

Para ampliar o programa ETI, passando de um modelo pequeno a um programa de Educação em Tempo Integral a nível do Estado, o governo do Estado trabalhou em sintonia com o ICE e o Procentro, os criadores e administradores da ETI. [3] “A legitimidade, no início, se baseou na colaboração entre o Estado e o parceiro técnico e foi se fortalecendo com o tempo pela aprovação da comunidade escolar.” [8]

Em 2007, o programa passou de ser gerido conjuntamente pelo ICE e o Procentro, que atuavam em nome da Secretaria de Educação, para o controle total do governo do Estado. Ao longo do ano, o governo estadual manteve a equipe e estrutura do Procentro, permitindo que o novo governo se familiarizasse com o programa ETI e aperfeiçoasse seu desenho. Em 2008, o Estado ampliou a abrangência do programa em aproximadamente 60 por cento, de 20 centros para 33, com cerca de 20.000 alunos inscritos. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Educação assumiu o controle da gestão da rede CEE, reduzindo o envolvimento do ICE. [3] O ICE perdeu o poder de veto e seu envolvimento na direção da política. Entretanto, a nova função do ICE foi desenhar programas extracurriculares e desenvolver novas parcerias externas. Nesse mesmo ano, a Secretaria de Educação substituiu o Procentro pelo Programa de Educação Integral através da Lei Complementar nº 125, de 10 julho de 2008. [3]

Fundamentos do impacto público

Legitimidade **i**

Envolvimento dos Interessados **ÓTIMO**

Compromisso Político **ÓTIMO**

Confiança Pública **ÓTIMO**

Política **i**

Objetivos claros **RAZOÁVEL**

Evidência **ÓTIMO**

Viabilidade **ÓTIMO**

Ação **i**

Gestão **ÓTIMO**

Medição **ÓTIMO**

Alinhamento **ÓTIMO**

Ao lado do envolvimento do ICE e do Procentro, o Banco Mundial ressaltou a participação de outros atores relevantes na expansão do programa para o nível de política do Estado. Os pais, professores e representantes participaram do debate sobre o desempenho do modelo de gestão baseado em resultados. Altos funcionários da secretaria e membros do governo do Estado também se engajaram nesses debates. [1]

Compromisso Político ÓTIMO

Eduardo Campos se comprometeu fortemente com a reforma do sistema de ensino. São poucos os relatórios sobre pontos de vista de Campos acerca da reforma educacional antes da sua eleição para o governo de Pernambuco. No entanto, as suas opiniões sobre o programa ETI são claras. Ele era crítico da Escola em Tempo Integral por causa de sua limitada implementação, que criava apenas uma pequena rede de escolas de alto-desempenho, e pelo envolvimento de atores privados através do ICE. Após a eleição, no entanto, o diretor e fundador do ICE, Marcos Magalhães, conseguiu convencer Campos dos resultados positivos do programa ETI. Apesar de ter criticado a iniciativa, Campos reconheceu o impacto benéfico do modelo e se tornou um firme apoiador do programa e da sua ampliação, adotando-o como política do Estado em 2008. Ao fazer isso, ele expandiu o modelo e reduziu a participação do ICE. [3]

De acordo com Magalhães e o Instituto Natura, Campos foi o primeiro governador de Pernambuco a dar continuidade a um programa iniciado por um governo estadual anterior com orientações políticas diferentes. [4] Em seu relatório de avaliação de 2017, o Banco Mundial destacou que “existe uma continuidade nas políticas educacionais e nos programas do governo do Estado, apesar de ter havido diferentes governadores”. [1]

As medidas de apoio implementadas durante o governo de Campos são mais uma prova de um forte compromisso político. A reforma educacional foi parte de uma estratégia mais abrangente de reforma dos serviços públicos em Pernambuco nas áreas de saúde,

segurança e educação. Mais especificamente, a Secretaria de Educação reformulou sua estrutura e criou um novo órgão cuja função era apoiar a implementação da política de Educação em Tempo Integral. [3] Além disso, o desenho do programa sofreu alterações em diferentes etapas para incorporar aperfeiçoamentos, incluindo programas de capacitação profissional para professores e diretores, e comitês escolares para indicar os diretores para períodos de três anos. [1]

Confiança Pública ÓTIMO

A confiança pública em Eduardo Campos e em sua política era forte em todos os níveis em Pernambuco e no governo brasileiro, que nessa época era liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. [9] Os resultados da eleição de 2006 para o governo do Estado em Pernambuco indicaram um forte apoio popular para Campos: os índices de participação nas eleições chegaram a um 84%, mostrando uma intensa participação e apoio da população às instituições do governo do Estado. Nessas eleições, Campos recebeu um forte apoio popular, obtendo mais de 65% dos votos. Os resultados favoráveis do pleito fortaleceram sua legitimidade para implementar suas reformas, incluindo a política de Educação em Tempo Integral. [10]

De 2010 até 2016, o Banco Mundial proporcionou apoio financeiro ao Estado de Pernambuco para suas reformas educacionais. [1] A alocação desses recursos para a iniciativa sugere que o Banco Mundial também tinha confiança na política e nos resultados perseguidos pelo governo do Estado.

Política

Objetivos Claros **RAZOÁVEL**

A Lei Complementar nº 125, de 10 julho de 2008, define nove objetivos qualitativos da política. Seu foco é a ampliação do modelo de Educação em Tempo Integral, combinada com uma gestão baseada em resultados para as escolas de ensino médio. Vários objetivos enfatizam também a importância da inovação, do ensino e de novas parcerias para a ampliação do novo modelo. Nos últimos anos, a formulação da lei foi modificada e um décimo objetivo foi acrescentado, ressaltando a importância do desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional dos estudantes. [12] No entanto, a legislação não definiu nenhuma meta mensurável.

No acordo de financiamento firmado entre o governo do Estado de Pernambuco (“o Tomador”) e o Banco Mundial, os objetivos da reforma educacional foram resumidos desta forma:

“(a) Melhorar a qualidade, a eficiência e a equidade da educação pública”

“(b) Introduzir reformas na gestão que levem a uma maior eficiência no uso dos recursos públicos do Tomador no setor da educação, tudo através da realização de intervenções na Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Administração e Secretaria de Educação.” [1]

O Banco Mundial menciona em seu relatório de avaliação que as metas foram definidas a nível de escola. Além disso, o modelo de Educação em Tempo Integral baseada em resultados, juntamente com pesquisas e

índices federais e estaduais, forneceu robustas ferramentas de monitoramento para avaliar o desempenho dos objetivos. [1]

Evidências **ÓTIMO**

A política de Educação em Tempo Integral foi construída sobre evidências consistentes a partir do programa ETI, desenvolvido pelo ICE e Procentro entre 2002 e 2007 (ver O Desafio, acima). O Estado permitiu um período de transição para a troca de conhecimentos e a consolidação antes de ampliar o programa para todo o Estado de Pernambuco. Essas etapas possibilitaram que houvesse um processo de teste, adaptação e coleta contínua de evidências antes da ampliação do programa. [3]

Em 2006, 13 escolas aplicavam o modelo ETI, atingindo 4.500 estudantes. [4] Estas escolas envolvidas registraram uma taxa de presença de 97% e índices de aprovação de 98%. [3] Em contrapartida, no global da rede pública de ensino médio, a taxa de abandono escolar chegava a 24% e havia uma alta distorção idade-série, com mais de 20% dos alunos do ensino médio matriculados em séries mais de dois anos aquém daquela que lhes corresponderia por idade em 2007. [1][6] Esta evidência sugeriu que o programa de ETI fora extremamente exitoso, embora restrito a uma escala relativamente pequena.

Antes da ampliação do programa, Pernambuco trabalhou conjuntamente com o Procentro e o ICE ao longo de 2007. Esse foi um ano de transição, no qual a Secretaria de Educação do Estado precisou aprender sobre o modelo e melhorar o compartilhamento de conhecimentos antes de assumir a gestão do programa.

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

Durante esse tempo, o modelo foi ampliado de 13 para 20 escolas, permitindo que os funcionários do Estado envolvidos se familiarizassem com o processo de definição e implementação do programa em novos centros. [3]

Em 2008, a Secretaria Estadual de Educação assumiu o controle total do programa, transformando a Educação em Tempo Integral em uma política de Estado. O programa foi ampliado inicialmente de 20 para 33 escolas, permitindo que a nova estrutura de gestão se consolidasse. [3]

Viabilidade ÓTIMO

Do ponto de vista legal, o Estado de Pernambuco aplicou a Lei Complementar nº 125 de 10 julho de 2008, que estabelece os objetivos da Educação em Tempo Integral. O Estado transformou as escolas de tempo parcial em escolas de tempo integral para melhorar a aprendizagem dos estudantes. Além disso, o Estado introduziu programas de desenvolvimento profissional para professores e diretores e reformulou o sistema de nomeação de diretores, que passaram a ser eleitos pelos comitês escolares a cada três anos. [3]

Do ponto de vista financeiro, o governo do Estado providenciou o financiamento da política com o apoio do Banco Mundial. O Estado de Pernambuco participou com US\$ 597,86 milhões entre 2009 e 2016, e acertou com o Banco Mundial, em 2009, um empréstimo US\$ 154 milhões, que foi liberado ao longo do mesmo período. O governo do Brasil foi o fiador desse empréstimo. [1]

Em termos de capital humano, “o governador recrutou e contratou uma classe de servidores públicos com base nos méritos”. [1] Vários dos servidores públicos envolvidos na implementação da política foram posteriormente integrados à secretaria, o que contribuiu para o sucesso da política. [1] Os professores alocados para as escolas Erem receberam um curso de treinamento de 72 horas sobre os conceitos filosóficos por trás da educação interdimensional e sobre como implementar a nova metodologia de gestão e de ensino. [3] O governo do Estado foi realista na implementação da política nas várias regiões, que dispunham de recursos e capacidades variados. Isso está claramente expresso no Artigo 2-III da Lei Complementar nº 125 de 10 julho de 2008, que exige a disseminação do modelo de Educação Integral de acordo com as capacidades econômicas de cada região. [12]

Ação

Gestão ÓTIMO

Quando o governador fez da Educação em Tempo Integral uma política do Estado, a gestão do programa foi transferida da parceria ICE-Procentro para a Secretaria de Educação de Pernambuco. Em 2009, a Secretaria de Educação criou a Seep (ver A Iniciativa, acima). [3]

Os mecanismos de monitoramento e de medição permitiram que a política fosse sendo ajustada ao longo do tempo, a partir de evidências. Por exemplo, o modelo de escola em tempo integral tornou difícil para os estudantes de famílias de baixa renda combinar o trabalho com os estudos.

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

Em resposta a esse problema, foi implementado o modelo de tempo semi-integral, permitindo aos estudantes matricularem-se em turnos de manhã ou de tarde. Uma coleta de dados mais aprofundada mostrou que o modelo de tempo semi-integral era mais viável nas áreas urbanas (ver Impacto Público, acima). [3]

Medição **ÓTIMO**

O Ideb mede a qualidade da educação no Brasil, avaliando a qualidade em muitos níveis: das escolas individualmente, dos municípios, até os níveis estadual e nacional. Este indicador é calculado com base em dois componentes: taxas de aprovação escolar obtidas através do Censo Escolar; e média de desempenho em provas aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). [14]

As metas definidas pelo Ideb (ver O Desafio, acima) variam de escola para escola e entre as redes de ensino como um todo. No entanto, o objetivo é que todos atinjam 6 pontos em 2022, o que representa a média nos sistemas de ensino dos países desenvolvidos. [14][15] Por conta disso, os resultados do Ideb e os objetivos que ele estabelece reforçam o monitoramento e a melhoria do desempenho do sistema de ensino de Pernambuco. Para a avaliação em nível estadual, o governo de Pernambuco usa o Idepe, Índice de Desenvolvimento da Educação em Pernambuco. [6]

Em seus relatórios, o Banco Mundial ofereceu ferramentas adicionais de avaliação para medir o progresso e fazer uma avaliação final da iniciativa.

"A gestão governamental do processo incluiu planejamento, orçamento e monitoramento; por conta disso, a coleta de dados (relativa aos indicadores de desempenho) foi fundamental para o monitoramento da eficiência dos serviços públicos. Esses indicadores foram usados pelo governador em encontros com secretarias para monitorar o progresso e o desempenho." [1]

Alinhamento **ÓTIMO**

O diretor e fundador do ICE, Marcos Magalhães, agradeceu a Eduardo Campos não apenas por ter dado continuidade ao programa iniciado pelo governo estadual anterior, mas também por adotar a iniciativa como uma política do Estado, expandindo seu alcance para todo Pernambuco. [4]

Vários dos servidores públicos na linha de frente da implementação da política escolheram continuar dando suporte ao programa, unindo-se à Secretaria. [1] Esta escolha sugere que os servidores públicos estavam motivados e engajados na execução da iniciativa.

A Secretaria de Educação mostrou um forte alinhamento com a iniciativa quando reformou sua estrutura em 2009. A nova estrutura inclui um corpo dedicado, Seep, com autonomia financeira e administrativa, focado na supervisão das escolas de Educação em Tempo Integral. [3]

Muitos municípios de Pernambuco alinharam suas prioridades para a educação com as do Estado.

A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco

De acordo com o Banco Mundial, “vários municípios abraçaram como prioridade fundamental melhorar a qualidade, a eficiência e a equidade do ensino público e estão implementando iniciativas parecidas, mostrando que as visíveis melhorias no Estado tiveram um efeito catalizador sobre os municípios.” [1]

A Educação em Tempo Integral estava alinhada também com a estratégia do Banco Mundial de melhorar a eficiência e a gestão do setor público, assim como a qualidade do ensino. No geral, “os objetivos continuaram a ser altamente relevantes para o governo e para o Banco Mundial desde o momento da preparação até depois de sua conclusão. A relevância dos objetivos é classificada como Alta.” [1]

BIBLIOGRAFIA

[1] Pernambuco Education Results and Accountability Project, 26 June 2017, Independent Evaluation Group, World Bank Group.

<http://documents.worldbank.org/curated/en/148271500035141485/pdf/114046-PPAR-P106208-PUBLIC.pdf> Accessed 1 October 2018

[2] Resumo Técnico, Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), 2017, Ministério da Educação.

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_Ideb_2005-2017.pdf

[3] Fatores de sucesso da expansão das escolas em tempo integral em Pernambuco, Lilia Asuca Sumiya and Hironobu Sano, 2018, Instituto Natura.

[4] A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova, Marcos Magalhães, 2008, Albatroz: Loqüi.

<http://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livro-a-juventude.pdf>, Acessado em 1 de outubro de 2018

[5] Educação Integral, Secretaria de Educação, Governo do Estado de Pernambuco

<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>

[6] <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> Prêmio Idepe 2017 para os melhores desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, Fred Amancio, 2017, Secretaria de Educação, Governo do Estado Pernambuco

[7] Programa de educação em tempo integral de Pernambuco passa a contar com mais 20 escolas, 11 de dezembro de 2017, G1 Pernambuco

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/pr-ograma-de-educacao-em-tempo-integral-de-pernambuco-passa-a-contar-com-mais-20-escolas.ghtml>

[8] Innovations on [sic] the secondary education system: how to overcome low quality and increase democratic governance in Brazilian federal nation-states, Filomena Siquera and Laura Angélica, 2017, Congress T01W10 - Institutional innovation to tackle complex public problems in Latin America, International Public Policy Association

<http://www.ippapublicpolicy.org/conference/iwpp-1-pittsburgh-2018/panel-list/9/panel/institutional-innovation-to-tackle-complex-public-problems-in-latin-america/702>, Acessado em 07 de novembro de 2018

BIBLIOGRAFIA

[9] Desacreditado no início da campanha, Campos se elege em PE, 29 de outubro de 2016, g1.globo.com

<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1330634-6299,00-DESACREDITADO+NO+INICIO+DA+CAMPANH+A+CAMPOS+SE+ELEGE+EM+PE.html>, Acessado em 16 de outubro de 2018

[10] Eleições Apuração 2 Turno, 29 de outubro de 2016, g1.globo.com

<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes2006/0,,PRD0-6299,00.html>, Acessado em 16 de outubro de 2018

[11] Eduardo Campos (PSB), 19 August 2006, g1.globo.com

<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1251031-6299-274,00.html>, Acessado em 16 de outubro de 2018

[12] Lei Complementar Nº 125, de 10 de Julho de 2008 cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências, Governador do Estado Eduardo Henrique Accioly, 10 de julho de 2008, Legislação do Estado de Pernambuco

<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTTOATUALIZADO>, Acessado em 16 de outubro de 2018

[13] Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2017, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>, Acessado em 1 de novembro de 2018

[14] Ideb – Apresentação, Ministério da Educação

<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>, Acessado em 1 de novembro de 2018

[15] O que é o Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

<http://inep.gov.br/ideb>, Accessed 01 November 2018

[16] Ideb - Resultados e Metas, 2018, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>, Accessed 28 November 2018

Outras fontes

Taxas de Rendimento Escolar - Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação – 2017, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, Ministério da Educação

O Centre for Public Impact gostaria de agradecer ao Instituto Natura, que gentilmente complementou a pesquisa fornecendo materiais que não estão disponíveis ao público para a elaboração deste estudo de caso e participando ativamente na revisão do conteúdo.

Email us:

info@centreforpublicimpact.org



Twitter: @CPI_Foundation



Instagram: @CPI_Foundation



Linkedin: Centre for Public Impact



Facebook: @centreforpublicimpact